

Introdução – Dossiê - Ações e contradições no Império: a política internacional do governo Joe Biden

Introduction – Dossier - Actions and contradictions in the Empire: the international policy of the Joe Biden government

Introducción – Dossier - Acciones y contradicciones en el Imperio: la política internacional del gobierno de Joe Biden

Filipe Almeida Mendonça do Prado¹

Debora Garcia Gaspar²

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2022v19n1p2-4

Este dossiê reúne contribuições que buscam fornecer análises de conjuntura dos dois primeiros anos do governo de Joe Biden, após uma vitória sobre seu adversário e ex-presidente Donald Trump, em uma eleição que expressou uma profunda polarização da sociedade estadunidense. Além das dinâmicas domésticas, Biden assumiu a presidência diante de agendas de política externa bastante desafiadoras, notadamente no que concerne às relações com a Rússia e a China. Na agenda internacional de sua plataforma eleitoral, Biden ressaltou a importância da retomada da liderança dos Estados Unidos nas organizações, acordos e parcerias estratégicas internacionais, revertendo as iniciativas unilaterais que marcaram o governo Trump. As análises aqui reunidas diferem entre si em termos do grau de ruptura representado pelo governo Trump na agenda internacional,

com consequentes diferenças de interpretação acerca da reversão implementada (ou em implementação) pelo governo Biden. A Guerra na Ucrânia, inevitavelmente, surge como um abalo no Sistema Internacional que abre uma fenda inesperada e específica para se analisar a atual conjuntura e suas implicações de médio e longo prazo.

Bárbara Mota, partindo do pressuposto de que o governo Trump deve ser compreendido como um ponto de inflexão em um processo histórico de construção de uma ordem liberal internacional pelos Estados Unidos como potência hegemônica, propõe uma análise sobre em que medida o governo Biden vem sendo capaz de restaurar elementos desta ordem. A autora insere sua análise nas discussões mais amplas sobre o enfraquecimento da ordem liberal internacional e sobre a transição hegemônica.

1 Professor da Universidade Federal de Uberlândia (IERI/UFU) e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFU (PPGRI-UFU). ORCID: 0000-0001-5643-2329. Contato: mendonca@ufu.br.

2 Professora do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ. doutora pelo Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional da UFRJ. Contato: debora.gaspar@gmail.com.

Mota levanta alguns elementos de retomada parcial de liderança multilateral na esfera econômica, apesar da manutenção do protecionismo, e no âmbito mais amplo da cooperação internacional, como nas agendas climática e de Direitos Humanos. Por fim, a consideração sobre a Guerra na Ucrânia é interpretada como um evento que pode angariar retornos positivos no reposicionamento da liderança estadunidense em uma ordem liberal internacional renovada.

Em um balanço sobre os dois primeiros anos do governo Biden, Cristina Pecequillo e Clarissa Forner, apontam as contradições entre a política externa da classe média, diante das transformações econômicas recentes, e a agenda de intervencionismo global dos Estados Unidos. Para as autoras, apesar de transparecer certo fôlego no primeiro ano de governo, a política externa da classe média, plasmada nos planos de recuperação econômica, perde tração, em grande medida, em favor do intervencionismo global, cujos contornos podem ser observados na Guerra da Ucrânia. Este conflito, ainda que em contexto de fragmentação internacional, mostrou a importância da geopolítica na busca, tanto pela manutenção de elementos da ordem liberal internacional, em convergência com a análise de Mota, como de consensos domésticos.

Seguindo na conexão entre política externa do governo Biden e o lugar da Rússia na geopolítica mundial, Gustavo de Menezes e Reginaldo Nasser descortinam o posicionamento deste governo na extensão de garantias concedidas à Ucrânia, no conflito vigente. Para os autores, a continuidade do convite ao ingresso da Ucrânia na OTAN, bem como o auxílio militar fornecido pelos Estados Unidos ao país, após 2014, foram centrais para o acirramento das tensões e da escalada da estratégia russa. O governo Biden não demonstrou indí-

cios de alteração nestas duas frentes, apesar de não se comprometer com garantias de segurança, pleiteadas por Kiev. Dadas as posições dos Estados Unidos, Rússia e Ucrânia no conflito, os autores entendem que o conflito ucraniano tende a se prolongar.

Também tomando a Guerra na Ucrânia como ponto de vista de análise de conjuntura, no âmbito da política externa estadunidense para a América Latina, Pedro Cícero e Lucas Leon analisam a flexibilização do embargo imposto à Venezuela. Se dentro de uma temporalidade mais larga, os autores associam a política de embargos à Venezuela ao aumento da influência chinesa na região, a recentíssima flexibilização é entendida como decorrente das alterações na geopolítica do petróleo, decorrentes do conflito na Ucrânia.

Olhando para a questão Israel/Palestina, ainda que antes da deflagração da Guerra Israel/Hamas, Bruno Huberman e Reginaldo Nasser identificam mais continuidades do que rupturas na política externa estadunidense para a região. Essa avaliação é sustentada por fatores como a perda relativa de importância do Oriente Médio na agenda de política externa dos Estados Unidos, que se desloca para o Leste Europeu e para a Ásia; a reorganização geopolítica da região, com aproximação entre Israel e alguns países árabes; e a forte influência do lobby israelense em Washington, que mina os esforços de grupo progressistas, apoiadores da candidatura de Biden, ligados à causa palestina.

Igualmente com foco no Oriente Médio e, como outras contribuições do dossiê, levando em conta os desafios geopolíticos da China e da Rússia para a política externa estadunidense, José Vieira Lima, assim como Huberman e Nasser, observa uma modulação na posição do governo Biden, mas não ruptura com relação ao governo

Trump. Biden teria se afastado de um apoio de cunho ideológico a Israel e retomado a retórica da solução dos dois Estados, porém sem empregar meios concretos na defesa de um Estado Palestino. Como fatores explicativos, o autor também destaca as mudanças geopolíticas mundiais e o forte lobby israelense nos Estados Unidos. Ainda, no que tange às relações com o Irã, Vieira Lima observa um retorno às estratégias da era Obama, marcada por tentativas de negociação de um acordo nuclear, mescladas com elementos mais claramente de contenção, como o fomento à aliança entre Israel e as monarquias árabes.

Por fim, Débora Prado e Isabella Fontaniello analisam, a partir de uma perspectiva de

gênero, a política migratória estadunidense, direcionada às mulheres. O período estudado compreende-se entre 2009 e 2022, abrangendo as duas administrações Obama, o governo de Trump e o início do governo Biden. As autoras concluem que a agenda de promoção de direitos das mulheres migrantes tem ficado aquém do necessário em todos os governos, com piora expressiva no governo Trump e sua política refratária à imigração. Apesar das expectativas, o atual governo democrata pouco avançou em termos concretos nesta seara. Dessa forma, no que diz respeito a esta agenda, não são identificadas rupturas ou reversões de curso estruturais.